



Índice

- 01 [Índios colombianos ganham tablets para estudar em seu idioma](#)
- 02 [Índios reclamam e banco implanta monitoramento](#)
- 03 [89,5% dos brasileiros inscritos para atuar em áreas indígenas desistem](#)
- 04 [Senador de MT critica portaria que amplia demarcação de áreas indígenas](#)
- 05 [Conselho Indígena de Roraima: Nota de repúdio sobre comissão instalada da PEC 215](#)
- 06 [Construção de rede elétrica vai beneficiar comunidade indígena de Alto Alegre](#)
- 07 [Justiça considera área utilizada por agricultores como terras indígenas](#)
- 08 [Governador defende o diálogo na crise entre produtores rurais e povo indígena](#)
- 09 [Comissão indígena divulga vídeo com "mensagem à bancada ruralista"](#)
- 10 [Seduc reforçará atendimento educacional em aldeias indígenas de Nhamundá](#)



Índios colombianos ganham tablets para estudar em seu idioma

SÍTIO G1, 11.09.2013

BOGOTÁ, 11 Set 2013 (AFP) - Três mil e seiscentos indígenas colombianos receberam tablets para dar continuidade aos estudos do ensino básico em seu idioma, depois de abandonarem a escola oficial, informou nesta quarta-feira o governo do departamento (estado) de Guainía, na selva amazônica (leste).

A iniciativa permitirá que indígenas entre 15 e 50 anos voltem a estudar, com o objetivo de promover a formação dos alunos em matemática, linguagem, ciências sociais e biologia.

Os tablets os ajudará, ainda, a aprender a ler e escrever em espanhol e nas línguas das quatro principais etnias da região: puinave, piapoco, sikuni e curripaco.

Os dispositivos não precisam de conexão à internet, pois já têm em sua memória interna todo o conteúdo necessário para as aulas.

As lições através dos dispositivos eletrônicos serão complementadas com aulas presenciais e livros.

O objetivo deste sistema interativo de educação é que os estudantes possam se formar no ensino médio e se tornar gestores do desenvolvimento em suas comunidades.



Índios reclamam e banco implanta monitoramento
SÍTIO SUL NEWS, 11.09.2013

Japorã cerca de 5,1 mil índios. Eles movimentam o comércio de Iguatemi

A agência do Banco Bradesco de Iguatemi está investindo em segurança com um completo sistema de câmeras de monitoramento em todo o interior e na parte externa da agência para garantir a tranquilidade dos clientes e usuários da unidade bancária no município.

São dezesseis novas câmeras que gravam 24 horas toda a movimentação no interior da agência, nos caixas eletrônicos, nos acessos de cofres, no estacionamento, a entrada principal em todos os ângulos do banco.

A iniciativa também é em decorrência de reclamações por parte de usuários pertencentes à população indígena daquele município que tem questionado a falta de dinheiro em suas contas que, segundo eles, por saques indevidos por parte de terceiros.

Na manhã desta quarta-feira, uma comissão composta por lideranças indígenas acompanhadas do coordenador-chefe da Coordenação Técnica Local (CLT) da FUNAI – Paulo Pereira, membros do parlamento municipal representado pela presidente da Câmara Municipal - Arlene Cavalcante, a vereadora indígena Daiane Vilharva e o prefeito de Japorã - Vanderlei Bispo de Oliveira estiveram na agência, à convite da gerente em Iguatemi – Alessandra Leite da Silva Penasso.

A comissão foi conferir o funcionamento do novo sistema de monitoramento de câmeras instalado pelo banco para garantir a gravação de todas as movimentações dentro e nos principais acessos à agência bancária de Iguatemi. “O Bradesco tem um compromisso com a responsabilidade e integridade das contas de todos os nossos clientes e por isso estamos instalando este completo sistema de monitoramento 24 horas para garantir que todas as ações ocorridas dentro da agência e nos seus acessos sejam registradas” explicou a gerente. “Estamos à disposição de todos vocês para oferecer um excelente serviço e colaborar no que estiver ao nosso alcance” completou Alessandra.

Um dos líderes dos indígenas pediu à gerente que sejam oferecidos um atendimento diferenciado aos indígenas. “Temos muitos parentes indígenas que não sabem usar o sistema do banco e necessitam de auxílio de vocês, por isso gostaríamos de pedir que a agência do Bradesco possa disponibilizar alguém para atender os índios que tiverem dificuldade em dias de recebimentos” ressaltou a liderança.

O prefeito japoraense fez questão de agradecer à gerência da Agência do Bradesco de Iguatemi. “Só temos a agradecer à gerência do Bradesco por ter tratado com carinho esta questão em oferecer mais segurança para os nossos indígenas que utilizam a agência aqui de
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 166 / 2013

Brasília, 12 de setembro de 2013.

Iguatemi. Conferimos todos os equipamentos de segurança instalados e vimos que ficou muito bom. Temos certeza que as ocorrências de saques indevidos irão diminuir a partir de agora e apontar os responsáveis”, disse o prefeito.

Bispo disse que o município colocou à disposição da comunidade indígena um telefone para contato direto com a gerência do banco para tratar das questões pertinentes aos atendimentos dos índios.

As gravações já estão em atividades e todas as transações feitas a partir de agora serão registradas para controle interno da agência.

Japorã tem a maior população indígena proporcional do País, com cerca de 5,1 mil índios, distribuída em várias comunidades centralizadas pela aldeia Porto Lindo.



89,5% dos brasileiros inscritos para atuar em áreas indígenas desistem

SÍTIO BOL, 11.09.2013

Desde 2 de setembro até a manhã desta quarta-feira (11), 34 dos 38 médicos selecionados para trabalhar em 15 distritos indígenas desistiram de assumir o posto, o que equivale a 89,5% do total, segundo balanço preliminar feito com base nas informações prestadas pelas prefeituras ao Ministério da Saúde, apresentado nesta quarta-feira (11) pelo ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

Neste período, 127 médicos brasileiros já pediram, diretamente ao Ministério da Saúde, desligamento do programa. Quem não se apresentar até esta quinta-feira (12), entre os demais 458, será excluído do programa e se tornará impedido de uma nova seleção pelos próximos seis meses, segundo o ministério.

A um dia do fim do prazo para se apresentarem aos municípios onde trabalharão por meio do programa Mais Médicos, 53% dos médicos brasileiros selecionados pelo programa ainda não apareceram para trabalhar. Ao todo, 47% - 511 profissionais em um universo de 1.096 - dos já iniciaram suas atividades nas unidades básicas de saúde.

Desde 2 de setembro até a manhã desta quarta-feira (11), 216 municípios e quatro distritos de saúde indígena relataram o início da atuação dos médicos brasileiros, de um total de 453 prefeituras e 34 distritos indígenas. Ou seja, 46% das localidades apontadas - 220 de um total de 487 - já contam com estes profissionais compondo equipes de Atenção Básica.

"Este quadro reforça o diagnóstico do drama que vivem os municípios e Estados quando fazem uma seleção pública para médicos: nem todos aparecem para começar o seu trabalho. Vamos procurar repor, com brasileiros ou estrangeiros, estas vagas para garantir atendimento aos milhões de brasileiros que esperam ser atendidos", avaliou Padilha.

Segundo o ministro, a exigência de cumprimento das 40 horas semanais de trabalho para os profissionais do programa ajudará a aumentar o respeito ao tempo de dedicação dos demais profissionais da atenção básica.

"Alguns profissionais compareceram, mas quiseram negociar a carga horária de trabalho, e isso nós não vamos admitir. Não podemos aceitar quem só quer trabalhar um ou dois dias por semana ou sair de férias três dias após o início do programa", assegurou o ministro.

Ao se apresentarem nas cidades, os médicos devem entregar seus documentos pessoais, diploma, registro profissional e termo de adesão ao programa devidamente assinado. A validação do gestor é condição indispensável para que o médico receba a bolsa mensal de R\$ 10 mil, custeada pelo Ministério da Saúde. Para isso, o profissional deve se comprometer a

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 166 / 2013

Brasília, 12 de setembro de 2013.

cumprir jornada de trabalho de 40 horas semanais dentro de uma equipe de Atenção Básica do município.

O gestor local deverá enviar o termo de adesão assinado por ele e pelo médico que participa do programa e encaminhar para o Ministério da Saúde. O termo de adesão traz dentre outros pontos, o compromisso do município de se comprometer a não substituir os médicos do programa por profissionais que já atuam na atenção básica desses municípios.



Senador de MT critica portaria que amplia demarcação de áreas indígenas
SÍTIO ARENÁPOLIS NEWS, 11.09.2013

O senador Jayme Campos (DEM) fez um alerta durante discurso na tribuna do Senado Federal, ontem, sobre a disposição do governo de ampliar a demarcação de terras indígenas no país. Segundo ele, o "furor demarcatório" não atende às necessidades dos povos indígenas nem protege os produtores rurais que ocupam áreas atualmente em conflito. O senador criticou a portaria 2.969 do Ministério da Justiça publicada no Diário Oficial da União, na segunda-feira (9), e que trata do aumento da demarcação de terras indígenas no Brasil. A norma detalha metas e objetivos do ministério para o Plano Plurianual 2012/2015, além da proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas. Para isso, estabelece várias ações a serem adotadas pelo governo nos próximos anos.

Entre elas, disse o parlamentar, estão a constituição de oito reservas indígenas; a delimitação de 56 terras indígenas; a emissão de 45 portarias declaratórias da posse indígena de terras tradicionalmente ocupadas; os estudos e localização de oito novas referências de povos indígenas isolados e a homologação da demarcação de 40 terras indígenas. "O que fica para nós, parlamentares, para nossa bancada que tantas vezes se reuniu com o Poder Executivo para tratar deste assunto, é que nada pode ser feito para aplacar o furor demarcatório do governo, que não protege os índios nem respeita o direito de proprietários. Além de não solucionar os impasses do passado, o governo apenas anuncia o agravamento da situação para o futuro".

Jayme defendeu que o Congresso Nacional deveria participar do processo de demarcação de terras indígenas e sugeriu a aprovação dos inúmeros projetos de lei em tramitação no Senado e na Câmara dos Deputados abordando o assunto. O senador explicou que, em seu estado as terras a serem demarcadas são ocupadas por trabalhadores dos mais diferentes pontos do país que se reuniram no Mato Grosso para produzir e desenvolver a região. O senador contou que essas pessoas compraram as propriedades com dificuldade e, expulsos do local, ficam sem ter para onde ir, vivendo em acampamentos às margens das rodovias. O parlamentar também criticou o uso das forças de segurança nacional para expulsar os trabalhadores da região.

"Essa portaria será perniciosa e continuará alimentando a tensão no campo. O governo tem de promover é a segurança jurídica entre os produtores rurais. E o Congresso Nacional também tem essa obrigação", defendeu ele. Jayme Campos assegurou que não é contrário aos povos indígenas, mas que eles precisam, antes de tudo, de saúde, educação e de serem tratados com dignidade.



Conselho Indígena de Roraima: Nota de repúdio sobre comissão instalada da PEC 215
SÍTIO CIMI, 11.09.2013

O Conselho Indígena de Roraima - CIR, os povos Macuxi, Wapichana, Ingaricó, Yanomami, Wai-Wai, Sapará, Patamona, Yekuana e Taurepang, comunidades, lideranças e organizações indígenas, com um único sentimento de muita preocupação e revolta que se alia aos demais povos indígenas do Brasil, vem afirmar o REPÚDIO à Comissão Instalada da PEC 215 articulada pela Bancada Ruralista e acatada pelo Presidente da Câmara dos Deputados Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN), da base aliada do governo federal, no dia 10 de setembro de 2013. O objetivo da PEC 215 é transferir para o Congresso Nacional a competência de aprovar a demarcação de terras indígenas, unidades de conservação e terras dos quilombolas, que hoje são de competência do poder executivo.

No cenário atual o Congresso Nacional não é casa confiável para tratar sobre direitos dos povos indígenas e humanos. A proposta de Emenda Constitucional 215 é defendida pelos Ruralistas e seus grupos de aliados. Todo esse pessoal são aqueles que votam a favor das grandes obras dentro ou no entorno das terras indígenas e populações tradicionais, como a construção da Hidrelétrica nas Corredeiras do Bem Querer no Rio Branco (patrimônio registrado pelo IPHAN), Cachoeira do Tamandua no Rio Cotingo, patrimônio dos povos indígenas na Raposa Serra do Sol, Belo Monte e todos os planos malditos do agronegócio, que com toda força estão tentando assumir o Parlamento com exclusão da população brasileira e definir como sempre fazem no calar da noite às escondidas o futuro de nossas gerações. Todo o avanço de conquista de direito tem marcado ao mesmo tempo momento de agonia, decepção e sofrimento, que parecem estar longe de acabar.

Nós povos indígenas de Roraima vivemos na Amazônia e estamos no momento cada vez mais difícil para dialogar com os ditos governantes desse país. Em tudo que está ocorrendo no cenário atual tem sido visível o desrespeito aos nossos direitos e tudo vem em conta as violações que cada vez crescem. A PEC 215 é uma guerra declarada dos ruralistas e agronegócio contra os povos indígenas, e por isso as riquezas dos nossos territórios não estão em negociação e nem serão entregues para interesses econômicos e políticos recheados de corrupção e afronta à Constituição Federal de 1988.

Mais uma vez o governo atual demonstrou que não tem comando para governar o Brasil, pois o Deputado Henrique Alves (PMDB), do partido do vice-presidente, atendeu interesses em que segundo a mídia o governo atual é contra. Então, essa falsidade teve pernas curtas e agora o governo federal é responsável direto pelas violências que ocorrerão daqui para frente contra os povos indígenas. Em nome do desenvolvimento o futuro dos direitos dos povos indígenas e das populações tradicionais se encontra mais vez massacrado.

A todos os povos indígenas, populações tradicionais e nação brasileira solicitamos União, e que defendamos com veemência a Constituição Federal de 1988, se hoje os parlamentares federais violam os direitos à vida, no futuro esse mesmo ato irá continuar se nós deixarmos.



Construção de rede elétrica vai beneficiar comunidade indígena de Alto Alegre
SÍTIO FOLHA DE BOA VISTA, 11.09.2013

O Governo do Estado inicia na próxima semana a construção de 17,70 quilômetros de rede rural trifásica na RR-343, no município de Alto Alegre. A empresa Damasco Comércio e Serviços Ltda. será a responsável pela execução dos serviços, com investimentos de R\$ 1 milhão e prazo de 180 dias para conclusão. A obra vai beneficiar a Comunidade Indígena da Barata, na região do Truaru.

Outras construções de redes elétricas rurais com previsão de término até o final de 2013 estão em andamento nos municípios de São Luiz do Anauá, Mucajaí e Amajari. As obras são realizadas por meio da Secretaria de Estado de Infraestrutura (Seinf) e depois entregues à Companhia Energética de Roraima (CERR) para inclusão dos moradores do interior no Programa Luz para Todos.

Na estrada vicinal 20, de São Luiz do Anauá, está sendo construída rede trifásica de 13,8 KV. A obra, executada pela empresa NSG Construções Ltda. com investimento de R\$3,5 milhões, tem previsão de término em setembro, mas está em andamento estudo de aditivo de prazo.

As comunidades das vilas de Apiaú e Sumaúma, no município de Mucajaí, estão sendo beneficiadas com a construção de 40 quilômetros de rede elétrica trifásica em 13,8KV. A obra está em execução no trecho que compreende a RR-325, rodovia tronco Apiaú, até a Vila Sumaúma. A empresa DEC Construções Ltda. é a responsável pelos serviços. O investimento é de R\$3,5 milhões e o trabalho tem previsão de término no próximo mês de outubro.

Também em Mucajaí, está em andamento a construção de sete quilômetros de rede trifásica e um quilômetro e meio da rede monofásica em tensão 7,96KV, além de três subestações monofásicas de 5KVA, para atender aos moradores da Vicinal Ernandes.

Com o objetivo de beneficiar os colonos da vicinal três das vilas Sumaúma e União, estão sendo construídos pouco mais de 10 quilômetros de rede monofásica com 29 subestações de 5KVA. A responsável pelas obras em Mucajaí é a empresa Eletrowoltes Ltda. O valor investido é de R\$ 835.650 mil e a conclusão está prevista também para o mês de outubro.

Em Amajari, a empresa Eletrogil Ltda. está construindo 11 quilômetros de rede elétrica trifásica com tensão de 13,8KVA. A obra inclui ainda 24 subestações monofásicas de 5KVA, para atender aos moradores das imediações da RR-203, trecho derivação da Vila Trairão até a Vila Nova.

Consta também do projeto a construção de cerca de seis quilômetros de rede monofásica e 12 subestações monofásicas na Vicinal cinco do Amajari. Os investimentos na instalação dessas redes são de R\$919.318 mil e os serviços devem ser concluídos no final do mês de outubro.

Fonte: Ascom/Seinf

Justiça considera área utilizada por agricultores como terras indígenas

SÍTIO G1/SC, 11.09.2013

Justiça Federal considerou como terras indígenas a reserva Toldo Pinhal. Cerca de 350 famílias de produtores rurais moram e trabalham na área.



A Justiça Federal de Chapecó considerou como terra indígena a área da reserva Toldo Pinhal, localizada entre os municípios de Arvoredo, Paial e Seara, no Oeste catarinense. Na área, moram cerca de 350 famílias de produtores rurais.

A reserva Toldo Pinhal foi fundada em 1984 com 893 hectares, e em 2007, o Ministério da Justiça editou uma nova medida com o objetivo de expandir a área destinada aos indígenas para mais de 4000 hectares. Conforme as famílias de agricultores, só então as disputas judiciais iniciaram. Porém, nesta semana, uma nova decisão destina toda reserva de Toldo Pinhal para área indígena.

Lourdes Calza mora na comunidade de Linha Chapada, área localizada em Arvoredo, há mais de 60 anos e a família diz que investiu mais de R\$ 350 mil em um aviário no local. "Temos que morar no asfalto, Cristo. Vamos para onde?", relatou a senhora.

A área onde também mora e trabalha a família do agricultor Flávio Sczesny já perdeu 75 hectares com a decisão anterior, em 2007, e os trabalhadores têm hoje menos da metade do que tinham anteriormente. Com a expansão da reserva indígena, eles perderão todo o território restante. "Pagamos por essa terra, não tiramos de ninguém", afirmou o agricultor.

Se a decisão for favorável aos índios, cerca de 1400 pessoas vão ter que deixar suas casas. O advogado dos agricultores afirmou que vai recorrer a decisão judicial e enquanto a decisão final não for decretada os agricultores seguirão onde estão.



Governador defende o diálogo na crise entre produtores rurais e povo indígena
SÍTIO TRIBUNA DA BAHIA, 11.09.2013

O conflito entre produtores rurais e povos indígenas, pela propriedade de terras na região de Buerarema, no sul da Bahia, vai ser discutido esta semana, em Brasília, pelo governador Jaques Wagner, em reunião com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo.

Em seu programa de rádio semanal, *Conversa com o Governador*, que vai ao ar nesta terça-feira (10), ele defende o diálogo. "Eu estou atento, estou em contato direto com o governo federal, esperando que a gente possa ter um desfecho tranquilo, negociado, para que a paz possa reinar na região".

Ainda nesta edição, Wagner informa que a construção da Via Expressa, maior intervenção urbana de Salvador depois da construção da Avenida Paralela, se aproxima do final e fala da oportunidade que os contribuintes podem colocar em dia suas contas com o fisco estadual em condições especiais de desconto. No momento interativo do programa, Wagner responde à pergunta publicada em sua página oficial no Facebook, JaquesWagnerOficial, pela internauta Tamires Biscate, sobre a rodovia BA-210, que já tem recebido investimentos do Estado.

Quanto ao impasse a respeito das terras em Buerarema, o governador ressalta que o processo sobre o estudo antropológico reconhecendo a terra indígena Tupinambá, realizado pela Fundação Nacional do Índio (Funai), não está concluído, podendo ainda haver questionamento judicial. "É melhor, nós que vivemos dentro da democracia, aguardar o desfecho desse processo e fazer uma negociação para a saída dos não-índios, pagando todas as benfeitorias".

Wagner também destacou que não se tratam de latifundiários produzindo atualmente na região. "São várias famílias com 60, 70, 80 anos que estão na terra, plantando mandioca, cacau, sobrevivendo disso. É um trauma para essa família que muitas vezes não tem para onde ir. Esta semana estou indo a Brasília de novo, devo me encontrar com o ministro da Justiça. Precisamos encontrar um formato que seja menos traumático para a população do que esse que está acontecendo".



Comissão indígena divulga vídeo com “mensagem à bancada ruralista”

SÍTIO REVISTA FORUM, 11.09.2013

Índio guarani manda recado a deputados: "Vocês não se importam, não sabem o que é ser solidário. O coração de vocês é ruim"

Por Igor Carvalho

Com o intuito de anunciar um ato para “reagir ao ataque dos ruralistas à Constituição Federal”, a Comissão Guarani Yvyrupa (CGY) divulgou um vídeo intitulado “Mensagem à Bancada Ruralista”.

No filme, o índio guarani Pedro Vicente Karaĩ Mirĩ, da aldeia Tenonde Porã, de São Paulo, falou diretamente aos deputados e lamentou o descaso dos parlamentares com a população indígena. “Onde fica o coração de vocês? Vocês não se importam, não sabem o que é ser solidário. O coração de vocês é ruim.”

Para Mirĩ, há uma tentativa da bancada ruralista de acabar com as comunidades indígenas. “Açam que se nos exterminarem ficará melhor para vocês”, afirmou o guarani, que questionou os parlamentares sobre a posse da terra. “Foram vocês que criaram essa terra para vocês mesmo? Eu não fiz a terra onde vivo, e nem vocês fizeram.”

Após afirmar que fica muito “irritado” com a atuação dos parlamentares, Mirĩ acusa os deputados de enganarem os índios e afirma: “Se quiserem me matar, podem me matar. Mas o meu espírito vocês não vão matar.”

No vídeo, a Comissão afirma que a PEC 215 “ataca frontalmente os direitos indígenas”. O projeto torna a demarcação de terras indígenas competência do Poder Legislativo, retirando, assim, das Funai e do Ministério da Justiça tal responsabilidade.

O ato será no dia 2 de outubro de 2013, no vão livre do MASP, às 17h. Confira o vídeo:

http://www.youtube.com/watch?v=zFMKpzSU9Yk&feature=player_embedded

Seduc reforçará atendimento educacional em aldeias indígenas de Nhamundá
SÍTIO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS, 11.09.2013



Nesta quarta-feira (11) o secretário de Estado de Educação, Rossieli Soares da Silva, reuniu-se com uma comissão de indígenas da etnia Hixkaryana e anunciou a ampliação das ações educacionais por parte do Governo do Estado em atendimento à população indígena que vive na área rural do município de Nhamundá (distante 375 Km de Manaus).

Em reunião com a comissão e ao receber o pleito dos representantes indígenas, o secretário anunciou as providências do Estado para as localidades onde residem. "Dentre as providências, encaminharemos nos próximos dias uma equipe de engenheiros para fazer o levantamento de necessidades para iniciarmos a reforma da escola estadual que atende à comunidade de Caçauá", informou Rossieli Silva.

O secretário também anunciou que, em atendimento à demanda apresentada o Governo do Estado, via Seduc, trabalhará para levar o programa Ensino Mediado por Tecnologias/Centro de Mídias para as aldeias indígenas de Nhamundá. "A partir da solicitação, pretendemos levar o ensino mediado para as comunidades Gavião e Riozinho onde deveremos no próximo ano ofertar para a população que ali reside, as modalidades de ensino fundamental (do 6º ao 9º) e demais segmentos como por exemplo a Educação de Jovens e Adultos (EJA)", anunciou Rossieli Silva.

Secretário Rossieli Silva recebeu representantes indígenas e anunciou ações do Governo do Estado para etnias que residem em aldeias na região de Nhamundá.

Secretário Rossieli Silva recebeu representantes indígenas e anunciou ações do Governo do Estado para etnias que residem em aldeias na região de Nhamundá.

CONT.



Para a viabilização desta última providência, o secretário da Seduc ressaltou que se reunirá com o prefeito do município de Nhamundá para planejar a execução deste projeto em regime de parceria.

Durante a reunião o secretário Rossieli Silva se prontificou a visitar no final do mês de setembro as aldeias de Nhamundá para reunir-se com a população indígena e fazer o levantamento completo das demandas.

Para um dos representantes indígenas na reunião, Nilton Makuxi, a resposta da Seduc às demandas apresentadas foram bem recebidas. "As providências anunciadas pelo governo do Estado, por meio do secretário de Educação atendem as nossas necessidades. O interesse em visitar as aldeias mostrou o grande interesse do Estado com a causa educacional indígena", apontou.

Juntamente com o secretário da Seduc, Rossieli Silva, participaram da reunião com a comitiva de indígenas da etnia hixkaryana a secretária Adjunta do Interior, Oceania Rodrigues Dutra e a gerente de Educação Indígena do órgão, Alva Rosa Lana.